

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER

REQUERIMENTO de 2016

(Da Sra. Deputada Federal Laura Carneiro)

Requer a realização de Reunião de Audiência Pública conjunta com a Comissão de Direitos Humanos e Minorias para discutir a contribuição das parteiras tradicionais à saúde pública, à saúde da mulher, ao parto humanizado e à redução da mortalidade materna e neonatal, bem como sua remuneração

Senhora Presidente:

Requeiro, com fundamento no art. 255 do Regimento Interno, a realização de Reunião de Audiência Pública em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e Minorias para discutir a contribuição das parteiras tradicionais à saúde pública, à saúde da mulher, ao parto humanizado e à redução da mortalidade materna e neonatal, bem como sua remuneração.

Reiteramos a sugestão de convite para os seguintes participantes:

- Ministro da Saúde;
- Secretária Especial de Políticas para as Mulheres;
- Representante da OPAS/OMS no Brasil, Dr. Joaquim Molina;
- Coordenadora da Rede Nacional de Parteiras Tradicionais do Brasil, Sra. Suely Carvalho;
- Coordenadora da Associação de Parteiras Tradicionais do Amapá, Sra. Luíza Dias;

- Representante da Articulação Nacional de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras – ANMB, Dra. Alaerte Leandro Martins;
- Coordenação do Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia – MAMA- Sra. Concita Maia;
- Professora Silvéria Maria dos Santos – Departamento de Enfermagem da Universidade de Brasília.

JUSTIFICAÇÃO

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias aprovou recentemente Requerimento 18 de 2016 da Deputada Janete Capiberibe que tem por objetivo debater a atuação das parteiras tradicionais no contexto da saúde pública. Não foi definida data até o momento. A reunião busca aquilatar a contribuição dessas profissionais à saúde da mulher, ao parto humanizado e ao acompanhamento do puerpério e amamentação. Não há dúvida de que elas contribuem significativamente para a redução da mortalidade materna e neonatal, em especial em áreas remotas do país.

Elas vêm sendo incorporadas paulatinamente ao Sistema Único de Saúde, têm recebido treinamento e materiais para apoiar e qualificar seu trabalho. Assim, considera-se importante apoiar iniciativas para que sejam adequadamente remuneradas.

Acreditamos, portanto, ser essencial a participação de nossa Comissão na Audiência Pública referida, trazendo ao debate o enfoque da saúde reprodutiva como Direito Humano. Pedimos, dessa forma, apoio do colegiado para aprovar o presente Requerimento.

Sala das Sessões, em de de 2016.

**Deputada Federal Laura Carneiro
(PMDB-RJ)**

2016-6269.docx